




Vozes das
Mulheres da África Austral

Beijing Após 10 Anos



Compilado
e
produzido
por
SARDC WIDSAA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA PARA A ÁFRICA AUSTRAL
(SARDC)

Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA) Programme
15 Downie Avenue, Belgravia
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe
Tel 263-4-791141/3 Fax 263-4-791271
Email widsaa@sardc.net sardc@sardc.net sardc@maputo.sardc.net
Website e Biblioteca Virtual <http://www.sardc.net>

SARDC MOÇAMBIQUE

Rua D. Afonso Henriques, 141
C. P 957, Maputo, Moçambique
Correio eletrónico sardc@maputo.sardc.net <<mailto:sardc@maputo.sardc.net>>
Tel 258 1 490 831
Fax 258 1 491 178

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA MULHER
REPARTIÇÃO REGIONAL-ÁFRICA AUSTRAL

7th Floor Takura House, Kwame Nkurumah Avenue
P.O. Box 4775, Harare, Zimbabwe
Tel 263-4-792681 Fax 263-4-704729
Website [Http://www.unifem.undp.org](http://www.unifem.undp.org)

© SARDC, UNIFEM 2005

ISBN-1-77910-030-2

Este livro pode ser reproduzido, usado e compartilhado, com pleno reconhecimento dos co-editores e autores.

Citação SARDC WIDSAA e UNIFEM, *Voices das Mulheres da África Austral Beijing Após 10 Anos*
SARDC/UNIFEM, Harare, 2005

Os pontos de vista exprimidos na presente publicação não representam necessariamente os pontos de vista da SARDC ou UNIFEM, Nações Unidas, ou qualquer das suas organizações afiliadas.

Concepção da capa e do texto
Produção e Impressão

Tonely ngwenya
DS Print Media, Johannesburg

PREFÁCIO

Quando o mundo passa em revista os dez anos de compromissos para a promoção efectiva do estatuto da mulher em todas as esferas de actividade, muito está a ser dito em reflexões actuais sobre o que aconteceu e o que realmente significa o alcance da igualdade plena da mulher. Esta publicação visa contribuir para este processo.

Seguramente, pode-se dizer que 1995 figurará na história como o ano em que se deu a mudança paradigmática no cenário da igualdade do género e dos direitos da mulher, durante a Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher realizada em Beijing, na China.

A comunidade internacional foi exortada a “olhar para o mundo com os olhos da mulher”. Além disso, foi renovado o compromisso assumido de transformar o mundo usando as experiências da mulher como principal força motriz na preparação de uma nova agenda de desenvolvimento, e colocar a dignidade e o valor da mulher de toda e qualquer classe, idade, etnia, afiliação política, religião e qualquer outra orientação social no centro dos esforços visando introduzir uma mudança qualitativa na sociedade, concomitante com a consecução da igualdade plena da mulher.

A elaboração de uma nova agenda mundial “centrada na mulher” requereu que muitas mentes, corações e energias e governos da África Austral e activistas de género desempenhassem o seu papel na intensificação de acções em preparação para a Conferência de Beijing e outras conferências que se sucederam a Beijing. Contribuíram para a agenda global e definiram os seus pontos de entrada em resposta à Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (BDPFA). Este exercício culminou nas seis áreas temáticas identificadas para a África Austral, em resposta à BDPFA.

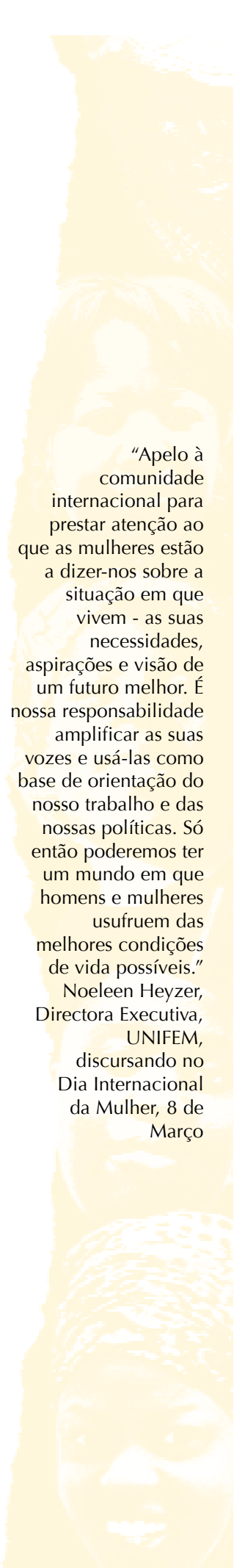
As áreas temáticas da África Austral centram-se no seguinte:

- participação da mulher na economia;
- reforço dos mecanismos institucionais para o avanço da mulher;
- a mulher na política e na tomada de decisão;
- protecção dos direitos da mulher e das raparigas; e,
- capacitação e estabelecimento de redes.

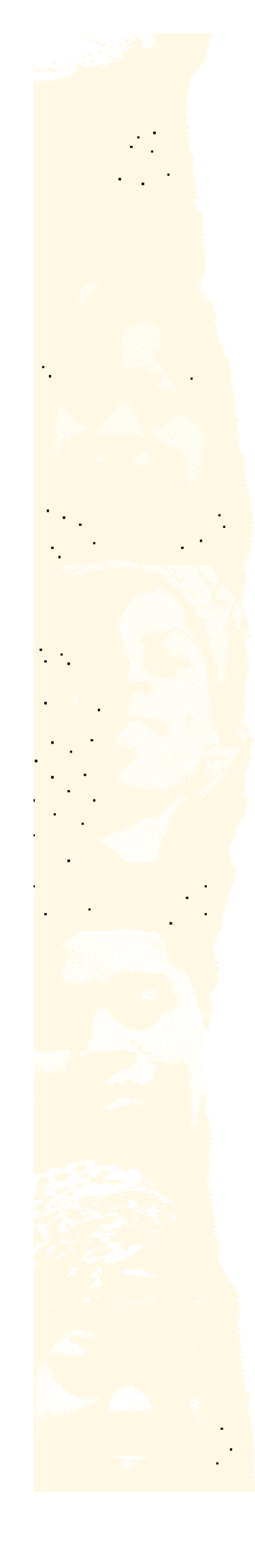
Isto inclui a abordagem das dimensões de género do HIV e SIDA que se tornaram uma grande prioridade na região na década passada. Não há nada mais poderoso, no contexto da presente avaliação dos dez anos após Beijing (Beijing +10), do que tornar mais audíveis as vozes de algumas das mulheres que assumiram o papel de vanguarda na África Austral na moldagem duma agenda para a mudança na última década.

A presente publicação procura dar destaque aos seus sonhos, aspirações, receios e visão de um futuro acesso da mulher ao poder na África Austral, no contexto do processo de Beijing. Às vezes, é fácil perder a autenticidade duma mensagem ou voz individual numa “agenda da mulher” consolidada. Por isso, procurámos neste publicação tornar visível e registar alguns pensamentos e reflexões sobre Beijing de activistas do género e feministas que estão envolvidas em diferentes actividades e nas mais variadas funções na região, em particular, sobre as questões do progresso e limitações na consecução da igualdade plena e o significado destes processos para o futuro.

A publicação não pretende de forma alguma representar a posição definitiva da voz das mulheres da África Austral, visa porém dar um pequeno e, espera-se, significativo contributo às reflexões sobre o que podemos aprender do passado e como tais lições podem informar as acções futuras, conforme enunciado pelas mulheres que de várias formas influenciaram a agenda do género na região. Quando colocamos as perguntas a estas mulheres, pedimos para que elas reflectissem sobre as questões que tinham tido o impacto mais profundo nelas,



“Apelo à comunidade internacional para prestar atenção ao que as mulheres estão a dizer-nos sobre a situação em que vivem - as suas necessidades, aspirações e visão de um futuro melhor. É nossa responsabilidade amplificar as suas vozes e usá-las como base de orientação do nosso trabalho e das nossas políticas. Só então poderemos ter um mundo em que homens e mulheres usufruem das melhores condições de vida possíveis.”
Noeleen Heyzer,
Directora Executiva,
UNIFEM,
discursando no
Dia Internacional
da Mulher, 8 de
Março



nestes últimos dez anos, os sucessos mais significativos, os retrocessos assim como os desafios e os seus sonhos em relação ao futuro e como estes poderiam ser realizados.

Em termos de abordagem na apresentação destes pensamentos e reflexões nesta publicação, começamos por novamente articular o significado do processo de Beijing na formulação de uma agenda para mudança nas circunstâncias que têm aprofundando as desigualdades do género e a falta de acesso ao poder por parte da mulher no mundo, em geral, e na África Austral, em particular. Em seguida passamos em análise as realizações, os desafios, o que se espera do futuro e apresentamos recomendações para acções concretas. Espera-se que esta publicação venha conferir alguma autenticidade ao processo da moldagem da agenda para os próximos dez anos para a consecução da igualdade plena da mulher na África Austral.

SARDC

O Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) é um centro regional de recursos de informação independente, que procura aumentar a eficácia dos processos chave de desenvolvimento na região da SADC através de recolha, produção e disseminação de informação promovendo a capacidade de produção e uso de informação. SARDC tem cinco áreas principais de enfoque, que são prosseguidas por departamentos especializados, desde o meio ambiente e recursos hídricos, género, democracia e governação, desenvolvimento económico regional até o desenvolvimento humano. SARDC tem escritórios em Harare e em Maputo, e parceiros em todos os Estados Membros da SADC. O seu Patrono Fundador foi o falecido Mwalimu Julius Nyerere.

WIDSAA

Women In Development Southern Africa Awareness (WIDSAA) é o programa de género do SARDC. O programa foi lançado em 1994 para actuar como um serviço catalisador e de informação para os governos, parlamentos, ONGs e agências, meios de comunicação e o público da região da SADC na formulação de políticas que afectam a mulher. O objectivo do WIDSAA é promover acesso da mulher ao poder, o seu avanço na SADC e assegurar que todas as estruturas sejam imbuídas da perspectiva do género a fim de promover a igualdade e a equidade do género.

UNIFEM

O UNIFEM é o fundo das Nações Unidas para a mulher. O mesmo proporciona ajuda financeira e técnica a programas inovadores e estratégias que promovam os direitos humanos, a participação política e a segurança económica da mulher. UNIFEM trabalha em parceria com as agências da ONU, os governos e organizações não governamentais e redes na promoção da igualdade do género. Ele liga as questões e preocupações da mulher com as agendas nacionais, regionais e globais, promovendo a colaboração e prestando apoio técnico à integração do género e às estratégias de acesso da mulher ao poder.

INTRODUÇÃO

A Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (FWCW), realizada em Setembro de 1995, em Beijing, na China, constituiu um marco importante na luta pela equidade e igualdade do género e, em particular, pelo acesso da mulher ao poder ao nível nacional, sub-regional e regional. Na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), as acções que antecederam a análise dos dez anos de implementação da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing (BDPFA) provaram ser o momento mais adequado para a consolidação de várias questões e abordagens com vista à promoção do estatuto da mulher na África Austral.

A presente publicação apresenta uma resenha das realizações, dos desafios e da futura agenda em relação ao processo de Beijing, entremeada pelas vozes de mulheres líderes seleccionadas da África Austral. A FWCW, designada a “Conferência de Beijing”, assume um significado especial, pois, produziu o testemunho mais completo da questão dos direitos, da equidade e do desenvolvimento da mulher, a Plataforma de Acção de Beijing (BPFA) – um plano abrangente que visa mudar a forma como as acções para o alcance da igualdade da mulher vinham sendo articuladas e implementadas.

A BPFA é um conjunto de princípios e estratégias de acção que delineia doze áreas críticas de preocupação que foram identificadas como sendo os principais obstáculos para o avanço da mulher.

Nos dez anos que decorreram desde a Conferência de Beijing, as partes interessadas na SADC, incluindo os governos e as organizações não governamentais (ONGs) focalizaram os seus programas e actividades principalmente em seis áreas temáticas.

A BPFA providenciou as linhas de orientação de acção na eliminação das barreiras que impedem a consecução da igualdade do género por parte dos governos, das organizações não governamentais (ONGs) e dos membros da sociedade civil no mundo inteiro.

Além disso, a conferência de Beijing concluiu que os sistemas de tomada de decisão dos países iriam gradualmente levar em conta os pontos de vista da mulher. Isto foi na condição de que fosse ela portadora de deficiências, jovem, idosa, pertencente a uma minoria ou professora universitária, a sua voz contribuiria de forma significativa à redução das iniquidades que existem entre a mulher e o homem.

As 12 Áreas Críticas de Preocupação

Caixa 1

- persistente e crescente fardo da pobreza sobre a mulher.
- As desigualdades e insuficiências no acesso à educação e formação.
- As desigualdades e insuficiências no acesso aos cuidados de saúde e serviços afins.
- A violência contra a mulher.
- Os efeitos dos conflitos armados e de outros tipos de conflito sobre a mulher, incluindo as mulheres que vivem sob ocupação estrangeira.
- A desigualdade nas estruturas económica e política em todas as formas de actividade produtiva e acesso aos recursos.
- A desigualdade entre homens e mulheres na partilha do poder e na tomada de decisão.
- A inadequação dos mecanismos a todos os níveis para a promoção do avanço da mulher.
- Inobservância e falta de promoção e protecção dos direitos humanos da mulher.
- A estereotipagem da mulher e a desigualdade no acesso e participação em todos os sistemas de comunicação, em especial, na comunicação social.
- As desigualdades do género na gestão dos recursos naturais e protecção do meio ambiente.
- A persistente discriminação contra e a violação dos direitos da jovem-rapariga.

FONTE Plataforma e Acção e Declaração de Beijing, Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, Nova Iorque, 1996.

Significado da conferência de Beijing

“Beijing constituiu um marco importante no reconhecimento dos direitos da mulher como direitos humanos, e muitos dos desenvolvimentos positivos que estamos a testemunhar no campo do género são resultado desta

"A Declaração da SADC dá um sinal forte aos parceiros de que a agenda sobre o género está enraizada."

conferência," disse o senhor Auxillia Ponga, da Divisão do Género no Desenvolvimento, na Zâmbia.

Delphine Serumaga, Directora Executiva da organização Pessoas contra o Abuso da Mulher (POWA) na África Austral, disse que a conferência de Beijing serviu de catalisador na mudança de pensamento em relação às questões de desenvolvimento por parte dos governos.

"A BPFA recomendou a integração do género em todas as estruturas e isto fez com que os nossos governos reconhecessem a importância de considerar a perspectiva do género em todos os programas, estruturas, fóruns e plataformas de desenvolvimento."

Após 10 anos desde a conferência de Beijing, houve uma mudança de paradigma e as experiências da mulher nos vários sectores de desenvolvimento humano são vistas como questões chaves no quadro dos direitos humanos reconhecidos internacionalmente e aprovados universalmente. Nesta abordagem, as mulheres detêm direitos que podem activamente exigir e pelos quais podem lutar.

As Seis Áreas Prioritárias da SADC Caixa 2

- Reforço dos mecanismos de promoção do avanço da mulher.
- Abordagem das iniquidades na partilha do poder e na tomada de decisão.
- Iniquidades no acesso aos recursos económicos.
- Protecção dos direitos humanos da mulher e da jovem-rapariga.
- A mulher no contexto de conflito armado e de edificação da paz.
- Capacitação, formação, estabelecimento de redes e disseminação de informação sobre o género

Gender Monitor, Issue1, February 1999 (Monitor do Género da SADC, Edição 1, Fevereiro de 1999)

O impacto da Conferência de Beijing na África Austral é sentido em muitas áreas. Desde Beijing, a região foi motivada a:

- mobilizar os governos nacionais e locais e as ONGs para tomar medidas em relação às principais questões do género, por exemplo, quase todos os governos da SADC agora aprovaram políticas sobre o género ou a mulher;
- desenvolver uma Declaração sobre Género e Desenvolvimento da região, com enfoque especial na violência contra a mulher e a criança (1997/1998); e
- iniciar os processos através dos quais os governos assumem os compromissos e produzem regularmente relatórios sobre o progresso na implementação da BPFA.

As Realizações

Christine Warioba, Oficial Sénior de Programa na Unidade do Género do Secretariado da SADC, explicou que as mulheres da África Austral beneficiaram de várias formas dos resultados da Conferência de Beijing. Vários quadros institucionais estabelecidos nos Estados Membros da SADC em torno do género podem ser atribuídos à BPFA, incluindo a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento de 1997 e a Adenda de 1998 relativa à Prevenção e Erradicação da Violência Contra a Mulher e a Criança.

"Embora não seja jurídica e legalmente vinculativa, a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento adoptada por Chefes de Estado e de Governo e, posteriormente, a Adenda sobre a Prevenção e Erradicação da Violência Contra a Mulher e a Criança, transmitiram sinais fortes a todas as partes interessadas de que a agenda do género tinha-se arraigado formalmente na região," acrescentou Warioba.

Na busca de solução aos desafios do avanço da mulher, a Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento reconhece uma abordagem baseada nos direitos afirmando que "a igualdade do

género é um direito humano fundamental." Além disso, ela leva em conta o facto de que a consecução da igualdade do género aprofundará a integração regional e apela por uma "cooperação regional mais estreita e acção colectiva" na prossecução das metas estabelecidas.

"Beijing realçou a visibilidade da mulher em muitas áreas. As mulheres são as principais intervenientes nas organizações da sociedade civil e nenhuma organização da sociedade civil prepara um grande evento sem assegurar a presença e a participação das mulheres", observou Hope Chigudu, consultora em desenvolvimento do Zimbabwe.

A importância de Beijing também pode ser atribuída aos novos quadros dos direitos da mulher centrados no continente africano adoptados nos últimos anos. "A adopção do Protocolo à Carta Africana dos Direitos do Homem dos Povos relativo aos Direitos da Mulher em África pelos Chefes de Estado e de Governo africanos constitui um importante marco e uma oportunidade na implementação da BDPFA," observou Matrine Chuulu, Coordenadora Regional Interina da Mulher e Direito na África Austral (WLSA), na Zâmbia.

"Pela primeira vez, os direitos da mulher africana e o papel fundamental da mulher africana no desenvolvimento do continente foram reafirmados e reconhecidos através de um protocolo africano inovador, revolucionário e abrangente. Mais importante ainda é o facto do protocolo enfatizar o compromisso de África de eliminar a opressão contra a mulher e restaurar a sua dignidade e respeito," acrescentou Chuulu.

O período pós-Beijing viu aumentar a atenção dada à formulação de Políticas Nacionais do Género (PNGs) e dos planos de implementação, com alguns países tendo elaborado políticas de género específicas aos sectores. Alguns países também registaram grandes avanços na introdução de políticas e legislação que levam em conta as questões do género.

"Podemos celebrar o facto de, finalmente, todos os países da sub-região terem ratificado a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW). Conjuntamente com o Protocolo da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, a CEDAW deve constituir a pedra angular e o suporte das nossas acções estratégicas para que a realização dos direitos da mulher possa ser integralmente alcançada," disse Nomcebo Manzini, Directora do Programa Regional da UNIFEM para a África Austral.


Seodi Venekai-Rudo White, Coordenadora Nacional da WLSA no Malawi, observou que "o maior sucesso foi a adopção dos PNGs como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento em muitos países."

Contudo, a falta de recursos para acelerar a implementação dos PNGs e dos planos constitui um dos maiores constrangimentos. A prática de uma abordagem do género à orçamentação nacional tem estado gradualmente a ser introduzida com apenas alguns países, como África do Sul e Tanzânia, a tomarem a dianteira em iniciativas de integração do género nos processos nacionais de orçamentação.

Revisão de Beijing Após 10 Anos

A revisão dos 10 anos da BDPFA constituiu uma oportunidade para a mulher da África Austral avaliar a sua situação na região e identificar os obstáculos que enfrenta, bem como as políticas, os programas e as estratégias necessárias para lograr o acesso da mulher ao poder e a igualdade do género.

É verdade que nem todas as partes interessadas têm fácil acesso ao tipo de informação de que necessitam para desenvolver as suas posições e opções em relação às questões a serem abordadas para alcançar a igualdade plena da mulher na África Austral. A presente publicação pretende alargar a disseminação de informação sobre as



"A igualdade do género é um direito humano fundamental."

"O sucesso chave foi a adopção de políticas nacionais de género como ferramentas estratégicas para o desenvolvimento."

realizações, os desafios e o rumo a seguir na implementação da BPFA na região.

Ao nível sub-regional, a SADC, em colaboração com o Escritório da Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), organizou uma reunião de análise dos 10 anos de implementação da BPFA, em Abril de 2004, em Lusaka, Zâmbia. O exercício fazia parte da avaliação mundial que precedeu o décimo aniversário da FWCW em 2005. Entre os participantes à reunião de Lusaka figuravam representantes dos Mecanismos Nacionais de Género (MNGs) e peritos dos Ministérios de Finanças, Planeamento, Indústria, Comércio, Relações Exteriores, Saúde e Agricultura de Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. Outros participantes incluíram representantes de organizações intergovernamentais da África Austral e ONGs activas nas áreas do género e acesso da mulher ao poder.

Os delegados à Reunião Intergovernamental Sub-regional de Peritos para a Revisão da Década da BPFA na África Austral descreveram as realizações e os desafios, que na essência reflectiam a situação da região. Os resultados da reunião de Lusaka foram endossados por uma reunião dos Ministros Responsáveis pelos Assuntos do Género e da Mulher e, posteriormente, apresentados na revisão global de Beijing + 10, organizada pela Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher, em Março de 2005.

Realizações

Mecanismos institucionais

- Adopção, em 1997, da Declaração da SADC sobre Género e Desenvolvimento pelos Chefes de Estado e de Governo da SADC; e da Adenda sobre a Prevenção e Erradicação da Violência Contra a Mulher e a Criança, em 1998.
- A criação de várias estruturas de género, incluindo o Mecanismo Nacional do Género (ministérios e

departamentos que coordenam as actividades do género), comissões do género, conselhos ou comités do género; fóruns de defesa da mulher e coligações de ONGs em prol da mulher.

Economia

- Estabelecimento de mecanismos institucionais que visam o acesso da mulher ao poder económico através da facilitação de acesso ao crédito.
- Introdução de processos de orçamentação de género e produção de listas de verificação de planificação e orçamentação do género, com o apoio financeiro da UNIFEM.
- Projectos de micro-financiamento e crédito para apoiar as mulheres através de empréstimos, incluindo formação em administração de pequenos negócios.
- Introdução da perspectiva do género nos orçamentos nacionais, integração do género no quadro dos Programas de Estratégia de Redução da Pobreza (PRSPs).

Educação e formação

- Aumento significativo das taxas de matrícula de raparigas como resultado de várias políticas tais como a política de 50/50 nas matrículas do ensino primário, remoção de estereótipos do currículo escolar, revisão da política nacional de educação de modo a permitir que as raparigas que deixam de ir à escola por causa de gravidez possam matricular-se novamente e ensino primário gratuito para raparigas e rapazes.
- Acção afirmativa ao nível superior nos campos de medicina, direito, ciência e tecnologia, contabilidade e revisão do currículo de ensino.

HIV e SIDA

- Rastreamento voluntário de HIV e SIDA e promoção da saúde reprodutiva e de programas de saúde para adolescentes com vista a prevenir a transmissão vertical.

- Introdução do imposto de SIDA em alguns países.
- Aumento do número de parteiras tradicionais formadas para trabalhar nas zonas rurais onde não existam instalações sanitárias ou onde estas sejam inadequadas.
- Revisão do Quadro e Programa de Acção sobre HIV e SIDA da SADC para o período 2003-2007 de modo a torná-lo mais sensível ao género.

Reformas jurídico-legais

- Ratificação da CEDAW por todos os Estados Membros da SADC. Alguns países ratificaram a CEDAW com reservas devido a aspectos culturais tradicionais, enquanto que outros iniciaram medidas com vista a introduzir as suas disposições na legislação nacional.
- Promulgação de Leis Contra a Violência Doméstica/ Abuso Sexual que incluem a criminalização do estupro conjugal e a transmissão intencional de HIV e SIDA.
- Processos de reforma judiciária incluindo a revisão da provisão da justiça com vista a responder às necessidades dos sobreviventes da violência do género. As reformas também abordam a questão dos atrasos e da sensibilidade da provisão de serviços aos sobreviventes da violência do género.

Violência

- Houve esforços bem sucedidos no sentido de envolver os homens e os rapazes na promoção da igualdade do género, como o movimentos dos Homens para a Igualdade do Género e organizações dos Homens Contra a Violência do Género.

Parcerias

- Foram forjadas parcerias para a promoção da igualdade do género com instituições internacionais, regionais e nacionais de desenvolvimento através da integração do género, capacitação e

programas de acesso da mulher ao poder económico.

- Algumas ONGs organizaram-se em coligações e forjaram parcerias com o governo tornando-se, assim, importantes intervenientes na implementação da BPPA.

No entanto, ainda persiste um grande fosso entre o potencial das realizações na área da mulher e a realidade que a maioria das mulheres vive. “A conquista da mulher rural, que forma a espinha dorsal da nação, é essencial para o progresso contínuo dos movimentos femininos. As mulheres rurais representam a maioria dos constituintes e não podemos falar de aumento do número de mulheres nos cargos de tomada de decisão enquanto elas não fizerem parte deste movimento,” disse Chigudu.

Desafios

As desigualdades do género, a pandemia do HIV e SIDA e a violência sexual contra a mulher estão entre os principais desafios e constrangimentos na implementação da BPPA na África Austral.

As elevadas taxas de prevalência de HIV e SIDA e os seus efeitos associados têm tido maior impacto nas mulheres do que nos homens. As tradições e os costumes negativos bem como os conflitos armados têm exacerbado a violência sexual e perpetuado a propagação de HIV e SIDA. Por conseguinte, os ganhos realizados no campo de saúde no passado foram invertidos. Os efeitos de HIV e SIDA comprometem e corroem ainda mais os direitos da mulher e da rapariga. Mesmo assim, as mulheres continuam a empreender várias estratégias com vista a fazer face a estes desafios, apesar da sua situação estar cada vez mais a agravar-se.

“A SIDA está a tornar-se um grande flagelo que, há 10 anos, jamais pensámos que teríamos que enfrentar. Precisamos de fazer tudo ao nosso alcance para combatê-la. A SIDA ceifou as vidas de milhares de mulheres em idade reprodutiva na África Austral”, disse Everjoice Win,



"O enquadramento do género significa tomar seriamente o género em todos os aspectos laborais."

Responsável pela Área dos Direitos da Mulher na ActionAid International.

Outros desafios identificados ao nível sub-regional da África Austral incluem:

- Alocações orçamentais limitadas, feitas de uma maneira ad hoc e não sustentável para os programas de género ao nível nacional e regional. As partes interessadas compreendem a planificação e orçamentação do género de maneira diferente e, conseqüentemente, os dirigentes na maior parte dos sectores não são sensíveis ao género e, por causa disso, não conseguem implementar ou produzir orçamentos na óptica do género.
- A falta de ou a produção de dados inadequados e não desagregados por sexo, em todos os sectores, com vista a monitorizar e avaliar o progresso das mulheres em relação aos homens tem impedido o avanço da mulher. Os dados desagregados por sexo inadequados deixam uma lacuna na avaliação dos ganhos reais e retrocessos; ainda assim tais dados são essenciais para desenvolver políticas e programas eficazes e receptivos de modo a eliminar as desigualdades entre as mulheres e os homens.
- Fraca representação da mulher na maioria dos países da sub-região nos cargos de tomada de decisão, incluindo o parlamento, o poder judiciário, as estruturas dos partidos políticos e o executivo.
- A existência de políticas insensíveis ao género, que impedem o acesso da mulher a cargos de tomada de decisão. A ausência de uma massa crítica de mulheres em cargos de tomada de decisão e de apoio dos homens na tomada de decisão também constituem um obstáculo.
- A falta de mecanismos de monitorização, avaliação e prestação de contas, por exemplo, a prestação de contas ao parlamento, a análise da orçamentação do género e a realização de avaliações de impacto do género.

- A falta de descrições dos perfis de tarefas profissionais específicas ao género, a falta de conhecimento sobre as questões do género e o baixo moral prevalecente entre as pessoas focais do género nos ministérios sectoriais na maioria dos países da região.
- A falta de mecanismos para assegurar a implementação das políticas, incluindo ligações inadequadas entre as políticas ao nível sub-regional e as acções ao nível nacional e da base.
- O enfraquecimento do movimento das mulheres durante a década devido, fundamentalmente, à apatia e ausência de uma base de recursos sustentável.

Os mecanismos de integração da igualdade do género e do acesso da mulher ao poder continuam débeis.

"Em muitas áreas, os governos assumiram compromissos em prol da promoção da agenda do género, no entanto, pouco fizeram em termos de provisão de recursos para a implementação dos programas nacionais do género", disse Keboitse Machangana, assessora para a área de democracia e governação no Centro Regional da África Austral (RCSA) da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em Gabarone, Botsuana. Machangana acrescentou ainda que "a maior parte dos governos pensava que ao assumir os compromissos em papel que fossem testemunhados pelo resto do mundo, teriam realizado tudo quanto era necessário para que o acesso da mulher ao poder ou a igualdade do género se tornassem uma realidade, mesmo sem disponibilizarem os recursos necessários. Precisamos de recursos adequados para traduzir em realidade todas estas boas políticas e intenções em papel."

As questões de género são frequentemente tratadas com retórica ou como projectos independentes das mulheres. "Embora os nossos governos tenham ratificado e adoptado as convenções como a CEDAW e o protocolo

opcional sobre os direitos da mulher, a sua implementação tem sido deficiente não logrando alcançar o acesso da mulher ao poder," observou Terezinha da Silva, consultora em questões do género e Presidente do fórum das mulheres moçambicanas, Fórum Mulher.

"A desigualdade do género e todo e qualquer tipo de injustiça não têm razão de ser e, por conseguinte, continuaremos a difundir esta mensagem até que as desigualdades e as injustiças sejam eliminadas e podermos viver as nossas vidas com dignidade," acrescentou Manzini.

Everjoice Win explicou sobre a interpretação errónea do conceito de integração do género como um retrocesso. "Agora temos 'burocracias do género' por toda a parte, com pessoas sem qualquer activismo do género e que nem sequer compreendem (ou se interessam) pelas questões do género", acrescentou ela.

Seodi White exprimiu um sentimento semelhante. "A integração do género como quadro conceptual tem sido interpretada erroneamente e mal aplicada e, no fim, as mulheres é que saem a perder. Em muitos casos, a integração do género tem sido definida de uma forma simplista como papéis sociais das mulheres e dos homens, sem qualquer análise das relações de poder desiguais dentro das estruturas que impedem a participação eficaz da mulher. Esta interpretação da abordagem levou a situações em que a integração do género é vista como sendo única e exclusivamente responsabilidade da mulher e como um 'favor' e não como uma forma estratégica de promover a justiça e a igualdade do género," disse White.

"A integração do género significa levar o género a sério e tê-lo em conta em todos os aspectos do local de trabalho e dos produtos do trabalho institucional," acrescentou White.

A integração do género requer uma inclusão sistemática da perspectiva do

género em todos os processos das políticas programáticas, do trabalho conceptual e analítico de uma instituição ou contexto.

A professora Ruth Meena, cientista política, activista do género e consultora na República Unida da Tanzânia dissera, "os crescentes níveis de empobrecimento, com a pobreza a assumir uma face rural e feminina, o alargamento do fosso entre os ricos e os pobres e entre as mulheres e os homens, tiveram o impacto mais profundo nos 10 anos de implementação da BPPA. Há falta de vontade política para transformar as estruturas patriarcais e, por outro lado, a ideologia correspondente também não existe."


Ela acrescentou que "há uma discriminação geral e atitude cultural negativa em relação às mulheres que contraem empréstimo pela maioria dos bancos, enquanto que em alguns países os recursos financeiros alocados às mulheres são inadequados, com os homens a encontrarem espaço para tirar partido da situação, em particular, nos casos em que os maridos têm de ser consultados pelas mulheres para que elas possam ter acesso ao crédito."

Rumo a Seguir

"As actividades pós-Beijing devem continuar, pois, permitem-nos adoptar quadros e mecanismos institucionais para coordenar a implementação das recomendações da BPPA," disse Irene Lomayani, oficial dos assuntos sociais no escritório regional da África Austral da UNECA, em Lusaka, Zâmbia. Lomayani manifestou preocupação quanto ao facto de haver "limitada vontade política demonstrada na ratificação, adaptação e aplicação dos instrumentos regionais e internacionais dos direitos humanos e igualdade do género com vista à implementação da BPPA."

Recomendações

Os governos têm que estar na vanguarda e desempenhar um papel mais focalizado na abordagem dos desafios para o melhoramento do estatuto da mulher na



A pobreza tem
"uma face rural e
de mulher."

"Não existe uma ferramenta mais eficiente para o desenvolvimento do que o acesso das mulheres ao poder."

região. A próxima década não deve ser caracterizada por um fosso entre os compromissos a que os países subscrevem no papel e os resultados no terreno. Conforme Kofi Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, indicou na revisão global de Beijing + 10, "não há nenhum outro instrumento de desenvolvimento mais eficaz do que o acesso da mulher ao poder." Assim, o alcance do acesso da mulher ao poder possibilitará a consecução das metas de desenvolvimento, democracia e direitos humanos.

É imperativo que medidas urgentes sejam tomadas para a promoção e protecção dos direitos humanos da mulher. "As questões relativas aos direitos humanos da mulher devem ser a norma e não a excepção. O actual cenário só pode ser realizado se o movimento em prol da mulher mantiver o ímpeto da advocacia em torno das questões dos direitos humanos da mulher e da igualdade do género," disse Machangana.

Realçando a importância da informação, Chuulu disse que "o alcance do acesso da mulher ao poder requer a criação de sistemas de apoio e assegurar que todas as mulheres tenham acesso à informação sobre os direitos jurídicos, as estratégias de redução da pobreza e fontes de apoio e, concomitantemente, assegurar que os governos sejam responsáveis e cumpram os seus 'contratos' com a mulher. Não deve haver nenhuma negociação em relação ao acesso da mulher ao poder."

Os delegados à Reunião Intergovernamental Sub-regional de Peritos para a Revisão da Década da BPF, em Lusaka, na Zâmbia, realizada a 26-28 de Abril de 2004, sob os auspícios do Escritório da África Austral da UNECA e em colaboração com a SADC, fizeram as recomendações abrangentes seguintes. Estas foram endossadas pela reunião dos Ministros Responsáveis pelos Assuntos do Género ou da Mulher, a 29 de Abril, e posteriormente apresentadas na revisão

global de Beijing +10 na Comissão da ONU sobre a Situação da Mulher, em Nova Iorque, em Março de 2005.

HIV e SIDA

Os governos devem fazer com que a igualdade do género seja central a todas as estratégias, políticas e programas para a redução efectiva da prevalência de HIV e SIDA.

A África Austral deve reconhecer as Infecções de Transmissão Sexual (ITSs), incluindo HIV e SIDA, como uma questão do género e tratá-las como prioritárias.

Deve ser providenciada uma variedade de dispositivos de protecção controlados pela mulher tais como microbicidas e preservativos como uma medida de contracção e de protecção contra ITSs e contra SIDA.

Os governos devem demonstrar forte vontade política, envolvimento e compromisso na busca de soluções para as ITSs, HIV e SIDA. Os programas nacionais de ITSs, HIV e SIDA devem, em especial, concentrar-se nas questões do género no contexto das elevadas taxas de infecção entre as mulheres e as jovens raparigas.

O acesso à terapia anti-retroviral (ARV) deve ser providenciado universalmente aos utilizadores finais sem recursos financeiros e a profilaxia pós-exposição deve ser prontamente disponibilizada.

O envolvimento masculino na abordagem de ITSs, HIV e SIDA e saúde familiar deve ser intensificado. Os meios de comunicação devem ser sistematicamente visados com vista a elevar a consciência em relação às ITSs, HIV e SIDA.

Dados desagregados

A falta de dados desagregados por sexo adequados em todos os sectores deve ser abordada de modo a facilitar o desenvolvimento de políticas e programas eficazes e receptivos.

Os oficiais de estatística devem ser dotados de habilidades na análise do género de desagregar dados.

Violência

Os países da SADC devem assegurar o desenvolvimento e a protecção das dotações orçamentais com vista à implementação de medidas para a protecção da mulher e da rapariga contra a violência.

Devem ser instituídas multas mais severas para todas as formas de violência sexual contra a jovem-rapariga, incluindo o tráfico de crianças com vista a proteger as raparigas contra o trabalho infantil.

Deve ser promulgada legislação sobre ofensas sexuais em todos os países da região.

Deve ser providenciada terapia e serviços médicos pós-violência sexual a mulheres e raparigas sobreviventes da violência.

Tomada de decisão

Medidas especiais com vista a aumentar a participação da mulher nas estruturas e nos processos de formulação de políticas a todos os níveis devem ser implementadas a fim de alcançar a meta da União Africana de 50% de mulheres em cargos de direcção e de tomada de decisão em todas as empresas estatais, instituições públicas, órgãos regionais, instituições de meios de comunicação, poder judiciário, função pública e organizações sindicais.

As mulheres devem ter uma representatividade não inferior a 50% em todos os órgãos de tomada de decisão sobre política económica.

Todos os sectores devem levar a cabo a educação cívica, que se propõe eliminar as atitudes discriminatórias e as práticas que desencorajam as mulheres de ocuparem cargos de tomada de decisão, especialmente, no sector público.

Promover a sensibilidade sobre a importância de se ter mais mulheres a participar nas estruturas de tomada de decisão e nos processos de desenvolvimento nacional e regional.

Realizar estudos que ilustrem qualitativa e quantitativamente o diferencial do impacto da mulher na

tomada de decisão e compartilha do poder.

Os governos devem adoptar acção afirmativa para proteger as mulheres e consagrá-la nas constituições nacionais. A reforma eleitoral para legislar a representação proporcional nos cargos de tomada de decisão políticas deve ser acompanhada por directrizes operacionais.

Os partidos políticos e os meios de comunicação social devem ser sensíveis às questões do género e devem apoiar as acções de mentoria das mulheres candidatas através duma formação eficaz e da provisão de apoio financeiro.

Os governos devem continuar a colaborar com os doadores nos programas visando a consecução da igualdade do género e acesso da mulher ao poder. Por seu turno, os doadores devem coordenar as suas actividades e estabelecer grupos de género, tomando em consideração as prioridades nacionais no espírito de parceria e confiança mútua.

Mecanismos institucionais

Os mecanismos institucionais de promoção da igualdade do género devem ser providos de recursos e pessoal adequados, com os escritórios a serem conferidos o estatuto de plenos ministérios ou serem instalados no gabinete do Presidente até finais de 2006. Deve ser estabelecida uma percentagem fixa das dotações orçamentais nacionais especificamente para os mecanismos institucionais. Esta percentagem deve ser protegida e garantida por uma lei aprovada pelo parlamento.

Os mecanismos do género e os pontos focais do género devem ser institucionalizados em posições estratégicas e o seu papel redefinido e reforçado. Isto assegurará que o género seja integrado nos ministérios de tutela, que devem ser dotados de um orçamento para a sua integração.

A política nacional sobre género deve ser legalmente apoiada para dar força legal à implementação dos planos de acção.



As ONG devem concertar os seus esforços de modo a se tornarem intervenientes importantes na provisão de experiência, conhecimentos e informação sobre o género tendo em vista o desenvolvimento de políticas e de leis em todos os sectores da sociedade.

Há necessidade de pesquisa, formação e provisão de uma base de apoio contínuo às mulheres parlamentares.

Os Estados Membros devem adquirir capacidade para a planificação e orçamentação do género. As acções de formação devem visar os parlamentos a fim de equipá-los para utilizar os instrumentos de igualdade do género, que devem ser traduzidos para as línguas locais.

Os mecanismos nacionais de género devem estar estrategicamente posicionados para terem os instrumentos legais apropriados para monitorar, coordenar e avaliar outros ministérios.

Os Mecanismos Nacionais de Género devem concentrar-se na coordenação, colaboração, provisão de serviços de apoio técnico e no estabelecimento de redes com outros sectores a fim de assistilos na integração do género nas suas políticas macro e sectoriais. Os governos devem desempenhar o papel dual de monitoria e de estabelecimento de parcerias com as as ONGs.

Os mandatos, papéis e responsabilidades dos MNGs precisam de assumir um novo enfoque que lhes permita trabalhar na integração da perspectiva do género no quadro das políticas macro e das políticas sectoriais.

Meios de Comunicação Social

Os governos e os meios de comunicação devem estabelecer metas para o avanço da mulher nos meios de comunicação e deve ser instituída uma autoridade reguladora independente dos meios de comunicação para monitorar a implementação dessas metas.

Os meios de comunicação devem desenvolver políticas editoriais e de emprego, que proibam a discriminação contra a mulher no local de trabalho.

Os meios de comunicação devem desenvolver políticas que reduzam os estereótipos existentes, o retrato negativo e a ausência de vozes e perspectivas das mulheres na cobertura dos meios de comunicação.

Os meios de comunicação devem apresentar um retrato justo e equilibrado da mulher na cobertura de todos os seus diversos papéis.

Economia

As iniciativas de orçamentação sensível ao género devem ser reforçadas e sistematicamente implementadas em todos os ministérios sectoriais.

Os quadros macro-económicos, os programas e orçamentos sectoriais devem integrar a perspectiva do género de modo a assegurar os benefícios aos grupos visados. Deve-se desenvolver instrumentos de monitorização dos orçamentos e dados desagregados por género usados.

Todos os países da SADC devem esforçar-se por adoptar a orçamentação do género a favor dos pobres, como abordagem para a afectação de recursos ao nível central e local até Dezembro de 2006.

Todos os países da região da SADC devem, até Dezembro de 2006, levar a cabo um estudo sobre o uso do tempo e desenvolver indicadores para reflectir nas contas nacionais o trabalho realizado pelas mulheres na provisão de cuidados não remunerados.

Reforma legal

Os governos devem transferir para o ordenamento jurídico nacional todos os instrumentos regionais e internacionais que sejam legalmente vinculativos e traduzir em protocolos as declarações adoptadas pelos países da SADC.

As constituições devem ser emendadas urgentemente com vista a remover as disposições actuais que discriminam a mulher e a rapariga por via do direito consuetudinário e individual.

Há necessidade de harmonizar as leis costumeiras com as leis instituídas. As lacunas nas constituições nacionais devem ser abordadas tendo em vista a sua harmonização com as políticas nacionais do género.

As práticas culturais e tradicionais prejudiciais devem ser revistas e eliminadas.

Meio Ambiente

Elevar a sensibilidade pública quanto à importância do envolvimento da mulher e exigir que espaço seja criado para a sua participação efectiva como responsável por decisões sobre o meio ambiente e sobre a gestão dos recursos.

Envolver as mulheres activamente na tomada de decisão sobre o meio ambiente a todos os níveis, incluindo na gestão, concepção e planificação, e ainda na implementação e avaliação de projectos ambientais.

Reforçar ou estabelecer mecanismos de avaliação do impacto das políticas de desenvolvimento e do meio ambiente sobre a mulher ao nível nacional, regional e internacional.

Estabelecer canais oficiais para dar voz às mulheres na tomada de decisões sobre o meio ambiente. Amiúde, as mulheres não se associam às discussões sobre o ambiente e muitas vezes a decisão sobre a localização de fontes de água, tipos de fontes de água, e quem manterá a operação desses meios é tomada sem serem consultadas e, conseqüentemente, ninguém assume a responsabilidade.

Integração do género

Deve-se levar a cabo a avaliação escrupulosa da integração do género ao nível continental, regional, nacional e da sociedade civil dentro dos países para o desenvolvimento de abordagens que levem à transformação e não a uma mera reforma das estruturas patriarcais.

Educação e formação

Rever e reescrever todos os currículos de modo a reflectirem a perspectiva do género.

Estabelecer programas de bolsas de estudo, especificamente, para raparigas.

Introduzir sanções mais severas para punir os professores que abusem sexualmente os seus alunos.

Introduzir disposições especiais para as raparigas em situação difícil, especialmente, as que vivem em agregados familiares que tenham sido afectados pelo HIV e SIDA, para que possam ter acesso à educação.

Desenvolver campanhas públicas para promover a sensibilidade e mudança de atitude do público em relação ao retorno de raparigas grávidas à escola.

Saúde

Todas as mulheres grávidas devem ter acesso gratuito aos serviços de saúde.

Todas as políticas e programas deveriam promover a integração de uma abordagem baseada nos direitos para que todos as pessoas na região da SADC adquiram plenos direitos de cidadania.

Movimento das mulheres

A base de recursos deve ser reforçar o movimento das mulheres. É necessária a formação da mulher, em geral, para que seja assertiva e a sensibilização sobre o género nos meios de comunicação e no seio dos funcionários do governo. A perda deste ímpeto pelo movimento das mulheres devido ao declínio no financiamento, a cooptação de actividades planificadas nas estruturas do governo, levando à corrosão da liderança resultou na redução dos ganhos em alguns países.

Doadores

Os doadores devem estimular a integração do género como parte dos seus programas nacionais. Deve haver melhores mecanismos de coordenação entre os grupos de doadores que se ocupam das questões do género com vista a reduzir a duplicação de esforços e promover sinergias.



"Quero fazer questão que todas as mulheres, das áreas rurais e urbanas, sejam liberadas da opressão..."

Parcerias

Deve haver uma parceria estratégica entre as ONGs e os governos para o desenvolvimento e reforço das competências do género. As ONGs devem continuar a contribuir com os seus conhecimentos especializados nas políticas do governo.

Os governos e as ONG devem estabelecer parcerias com o sector privado com vista a colmatar a lacuna existente relativamente à integração. Os governos e as instituições regionais devem explorar parcerias e reforçar a sua advocacia, especialmente, na condução de campanhas de educação e de informação visando a integração das considerações do género.

Reflexões finais-licções e visão para o futuro

"Sendo oriunda da África Austral, uma região onde a SIDA tem o seu bastião, o sofrimento do meu povo, da minha família, e vendo o papel que as mulheres continuam a desempenhar, e a coragem que elas demonstraram ao enfrentar esta epidemia, fico arrebatada. Temos de fazer algo," disse Seodi White.

"Ao invés de apenas falar sobre capacidade inadequada dos mecanismos de género do governo, os peritos das ONGs, da sociedade civil e os consultores independentes devem ser proactivos e pôr o seu saber à disposição através de iniciativas que procurem reforçar a capacidade técnica dentro dos mecanismos de género dos governos," afirmou o senhor Auxilia Ponga.

Prof. Ruth Meena sublinhou que, "a contradição entre a retórica e a realidade constitui uma oportunidade para a transformação. Precisamos dum movimento de mulheres fortalecido que

criará um ambiente no qual as mulheres exigem a responsabilização dos que dirigem o Aparelho do Estado. Isto, contudo, só pode ser realizado através dum luta colectiva em oposição às forças conservadoras que, por um lado, ignoram a necessidade de transformação e, por outro, colocam todos os obstáculos possíveis para frustrá-la."

Meena acrescentou, "ainda estamos por ver a verdadeira transformação na alocação, distribuição e geração de recursos que contemplem as diferentes necessidades, interesses e contribuições das mulheres e dos homens em toda a economia."

"Quero ver todas as mulheres, das zonas rurais e urbanas, livres da opressão de todos os grupos, indivíduos e instituições, disse Terezinha da Silva. "Isto pode ser alcançado através da alfabetização e educação adoptando uma abordagem/participação diferente e consciencialização sobre a sua própria situação."

"O meu sonho é ter uma sub-região onde apesar das barreiras linguísticas, religião etc. as mulheres conectam-se como um movimento único e coordenado de mulheres, e conjugam os seus recursos humanos e materiais, individuais e colectivos para acelerar a consecução do acesso da mulher ao poder em África," Irene Lomayani.

"Temos de penetrar em sectores com os quais ainda não trabalhamos. Não podemos continuar a dançar com as mesmas organizações, pessoas ou instituições," adicionou Hope Chigudu. "Temos de formar movimentos sociais a partir da base. Precisamos dum tema comum que possa ajudar a congregar o maior número de partes interessadas possíveis."